

## IV - LEGISLAÇÃO DA RECEITA E DA DESPESA



## Legislação da Receita e da Despesa



## LEGISLAÇÃO DA DESPESA E DA RECEITA

LDO - 2011, Art. 9º, inciso IV

### Legislação Orçamentária - Normas Gerais

Lei	12.309	09/08/2010	Decreto	7.212	15/06/2010
Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2011.			Regulamenta a cobrança, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI.		
Decreto	7.245	30/07/2010	Decreto	7.211	11/06/2010
Altera o Decreto nº 7.094, de 3 de fevereiro de 2010, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira para o exercício de 2010.			Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.		
Decreto	7.189	30/05/2010	Decreto	7.203	04/06/2010
Altera o Decreto nº 7.094, de 3 de fevereiro de 2010, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira para o exercício de 2010.			Dispõe sobre a vedação do nepotismo no âmbito da Administração Pública Federal.		
Decreto	7.144	30/03/2010	Decreto	7.191	31/05/2010
Altera o Decreto nº 7.094, de 3 de fevereiro de 2010, que dispõe sobre a programação orçamentária e financeira para o exercício de 2010.			Dispõe sobre a lotação de 2.400 cargos de Analista Técnico de Políticas Sociais da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais.		
Decreto	7.094	03/02/2010	Decreto	7.187	27/05/2010
Dispõe sobre a programação orçamentária e financeira e estabelece o cronograma mensal de desembolso para o exercício de 2010.			Aprova a Estrutura Regimental da Casa Civil da Presidência da República, no tocante às competências da Imprensa Nacional.		
Lei	12.214	26/01/2010	Decreto	7.185	27/05/2010
Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2010.			Dispõe sobre o padrão de qualidade do sistema integrado de administração financeira e controle, no âmbito de cada ente da Federação.		
Decreto	7.063	13/01/2010	Decreto	7.180	20/05/2010
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.			Dispõe sobre o Programa de Dispêndios Globais - PDG de empresas estatais federais para 2010.		
Lei	12.017	12/08/2009	Decreto	7.174	12/05/2010
Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2010.			Regulamenta a contratação de bens e serviços de informática e automação pela Administração Pública Federal.		
Lei	11.653	07/04/2008	Decreto	7.166	05/05/2010
Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período 2008/2011.			Cria o Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil, institui seu Comitê Gestor.		
Lei	10.180	06/02/2001	Decreto	7.161	29/04/2010
Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo.			Autoriza a permuta de ações entre a União e entidades da Administração Federal.		
Lei Complementar	101	04/05/2000	Lei	12.232	29/04/2010
Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências - LRF.			Dispõe sobre as normas gerais para licitação e contratação pela administração pública de serviços de publicidade prestados por agências de propaganda.		
Decreto	93.872	23/12/1986	Medida Provisória	487	23/04/2010
Dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional.			Trata de subvenção econômica ao BNDES, dívidas dos Estados, participações societárias da União e emissão de títulos da dívida pública.		
Decreto-Lei	200	25/02/1967	Decreto	7.152	09/04/2010
Dispõe sobre a organização da Administração Federal.			Aumenta o capital social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e altera o seu Estatuto Social.		
Lei	4.320	17/03/1964	Decreto	7.157	09/04/2010
Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.			Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.		
Administração			Decreto	7.134	29/03/2010
Decreto	7.226	01/07/2010	Aprova a Estrutura Regimental do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.		
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Integração Nacional.			Decreto	7.141	29/03/2010
Decreto	7.221	29/06/2010	Regulamenta a atualização de dados cadastrais dos aposentados e pensionistas da União que recebem proventos ou pensões à conta do Tesouro Nacional.		
Dispõe sobre a atuação dos órgãos e entidades da administração pública federal durante o processo de transição governamental.			Decreto	7.133	19/03/2010
Lei	12.269	21/06/2010	Regulamenta os critérios e procedimentos gerais a serem observados para a realização das avaliações de desempenho individual e institucional e o pagamento das mesmas.		
Dispõe sobre o Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública e sobre redistribuição de servidores para a SUFRAMA e para a EMBRATUR.			Decreto	7.128	11/03/2010
Decreto		18/06/2010	Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal.		
Autoriza o aumento do capital social da VALEC - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.			Decreto	7.125	03/03/2010
Decreto	7.213	15/06/2010	Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.		
Regulamenta a administração das atividades aduaneiras, e a fiscalização, o controle e a tributação das operações de comércio exterior.					

**LEGISLAÇÃO DA DESPESA E DA RECEITA**

LDO - 2011, Art. 9º, inciso IV

Decreto	7.120	26/02/2010	Decreto	5.480	30/06/2005
Dispõe sobre o saldo remanescente das autorizações para provimento de cargos, empregos e funções, constantes do Anexo V da Lei Orçamentária Anual de 2009.			Dispõe sobre o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal.		
Decreto	7.113	19/02/2010	Lei	11.079	30/12/2004
Institui o Conselho Deliberativo do Fundo Soberano do Brasil - CDFSB.			Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da Administração Pública.		
Decreto	7.028	09/12/2009	Decreto	5.151	22/07/2004
Dispõe sobre a concessão de diárias no âmbito da Administração Federal.			Dispõe sobre procedimentos para fins de celebração de atos de cooperação técnica a serem observados por órgãos públicos e entidades da Administração Pública Federal.		
Lei	12.094	19/11/2009	Decreto	5.108	17/06/2004
Dispõe sobre a criação da Carreira de Desenvolvimento de Políticas Sociais.			Dispõe sobre a compensação de faltas ao serviço em decorrência de paralisação de servidores públicos.		
Decreto	6.967	29/09/2009	Decreto	4.939	29/12/2003
Dispõe sobre o processamento das consignações em folha de pagamento no âmbito do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos - SIAPE.			Dispõe sobre a execução de atividades de administração de pessoal, material, patrimônio e serviços gerais relativas à manutenção dos órgãos.		
Decreto	6.958	14/09/2009	Decreto	4.915	12/12/2003
Discrimina ações do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC a serem executadas por meio de transferência obrigatória.			Dispõe sobre o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo - SIGA.		
Decreto	6.944	21/08/2009	Lei	10.769	19/11/2003
Dispõe sobre normas gerais relativas a concursos públicos.			Dispõe sobre a criação, reestruturação e organização de carreiras no âmbito da Administração Pública Federal.		
Decreto	6.931	11/08/2009	Lei	10.698	02/07/2003
Aprova a Estrutura Regimental do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.			Dispõe sobre a instituição de vantagem pecuniária individual devida aos servidores públicos civis da Administração Federal.		
Lei	11.958	26/06/2009	Decreto	4.734	11/06/2003
Transforma a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República em Ministério da Pesca e Aquicultura.			Delega competência ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, para praticar atos de provimento no âmbito da Administração Pública Federal.		
Decreto	6.712	24/12/2008	Decreto	4.553	27/12/2002
Dispõe sobre a distribuição do quantitativo de Gratificações Temporárias das Unidades dos Sistemas Estruturadores da Administração Pública Federal.			Dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos no âmbito da Administração Pública Federal.		
Decreto	6.697	17/12/2008	Decreto	4.166	13/03/2002
Extingue cargos vagos do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo.			Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos.		
Decreto	6.657	20/11/2008	Decreto	4.050	12/12/2001
Dispõe sobre a remuneração dos empregados anistiados.			Dispõe sobre a cessão de servidores de órgãos e entidades da Administração Pública Federal.		
Lei	11.784	22/09/2008	Decreto	4.010	12/11/2001
Dispõe sobre a reestruturação do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - PGPE e institui sistemática para avaliação de desempenho dos servidores da Administração Pública Federal.			Dispõe sobre a liberação de recursos para pagamento dos servidores públicos federais.		
Lei	11.526	04/10/2007	Decreto	3.887	16/08/2001
Fixa a remuneração dos cargos e funções comissionadas da Administração Pública Federal.			Dispõe sobre o Auxílio-Alimentação destinado aos servidores civis ativos da Administração Pública Federal.		
Decreto	6.204	05/09/2007	Decreto	3.788	11/04/2001
Regulamenta o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas de bens, serviços e obras.			Institui o Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP.		
Lei	11.457	16/03/2007	Decreto	3.590	06/09/2000
Dispõe sobre a Administração Tributária Federal.			Dispõe sobre o Sistema de Administração Financeira Federal.		
Decreto	6.062	16/03/2007	Decreto	3.505	13/06/2000
Institui o Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação - PRO-REG.			Institui a Política de Segurança da Informação nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.		
Lei Complementar	124	03/01/2007	Decreto	3.503	12/06/2000
Institui a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM.			Dispõe, no âmbito do Poder Executivo da União, sobre o Programa de Desligamento Voluntário - PDV, para o ano de 2000.		
Decreto	5.992	19/12/2006	Lei	9.962	22/02/2000
Dispõe sobre a concessão de diárias no âmbito da Administração Federal.			Disciplina o regime de emprego público do pessoal da Administração Federal.		
Lei	11.356	19/10/2006	Lei	9.784	29/01/1999
Dispõe sobre cargos e carreiras na Administração Pública Federal e sobre a criação dos Planos Especiais de Cargos da SUFRAMA e da EMBRATUR.			Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.		

## LEGISLAÇÃO DA DESPESA E DA RECEITA

LDO - 2011, Art. 9º, inciso IV

Decreto	2.880	15/12/1998	Decreto	99.658	30/10/1990
Regulamenta o Auxílio-Transporte dos servidores e empregados públicos da Administração Federal.			Regulamenta, no âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material.		
Lei	9.636	15/05/1998	Lei	8.029	12/04/1990
Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União.			Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da Administração Pública Federal.		
Decreto	2.346	10/10/1997	Decreto	99.202	04/04/1990
Consolida normas de procedimentos a serem observados pela Administração Pública Federal em razão de decisões judiciais.			Expede normas complementares relativas à extinção dos órgãos da Administração Pública Federal.		
Decreto	2.272	09/07/1997	Decreto	99.167	13/03/1990
Dispõe sobre a instituição do Programa do Acompanhamento Gerencial de Gastos e Avaliação Institucional no âmbito da Administração Pública Federal.			Dispõe sobre o refinanciamento, pela União, da dívida externa de responsabilidade dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.		
Decreto	2.076	20/11/1996	Lei	7.709	22/12/1988
Regulamenta o Programa de Desligamento Voluntário dos servidores civis da Administração Federal direta, autárquica e fundacional.			Dispõe sobre a contagem do tempo de serviço prestado à Administração Federal pelos servidores da Carreira de Orçamento.		
Decreto	1.590	10/08/1995	Lei	7.675	04/10/1988
Dispõe sobre a jornada de trabalho dos servidores da Administração Pública Federal.			Atribui ao Tribunal de Contas da União a fiscalização de recursos federais.		
Medida Provisória	805	30/12/1994	Decreto-Lei	2.465	31/08/1988
Dispõe sobre enquadramento de servidores na Administração Pública Federal.			Dispõe sobre medidas para redução de despesas com pessoal nos órgãos da Administração Federal.		
Lei	8.884	11/07/1994	Decreto-Lei	200	25/02/1967
Transforma o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE em Autarquia.			Dispõe sobre a organização da Administração Federal.		
Decreto	1.094	23/03/1994			
Dispõe sobre o Sistema de Serviços Gerais - SISG.					
Decreto	1.091	21/03/1994	<b>Agricultura</b>		
Dispõe sobre procedimentos a serem observados por empresas controladas direta ou indiretamente pela União.			Decreto	7.137	29/03/2010
Decreto	1.048	21/01/1994	Concede desconto para liquidação de operações de crédito rural contratadas com recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte - FNO.		
Dispõe sobre o Sistema de Administração dos Recursos de Informação e Informática da Administração Pública Federal.			Decreto	7.127	04/03/2010
Lei	8.829	22/12/1993	Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.		
Cria no Serviço Exterior as Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria.			Decreto	7.077	26/01/2010
Lei	8.745	09/12/1993	Concede subvenção econômica ao preço do óleo diesel consumido por embarcações pesqueiras nacionais.		
Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal.			Decreto	6.981	13/10/2009
Decreto	977	10/11/1993	Dispõe sobre a atuação conjunta dos ministérios da Pesca e Aquicultura e do Meio Ambiente nos aspectos relacionados ao uso sustentável dos recursos pesqueiros.		
Dispõe sobre a assistência Pré-Escolar destinada aos dependentes dos servidores públicos.			Lei	1.195	29/06/2009
Lei	8.730	10/11/1993	Dispõe sobre a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura e da Pesca		
Estabelece a obrigatoriedade da declaração de bens e rendas para o exercício de cargos, empregos e funções nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.			Decreto	6.597	06/10/2008
Lei	8.666	21/06/1993	Dispõe sobre a concessão de bonus e rebates sobre financiamentos contratados ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF.		
Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.			Lei	11.775	17/09/2008
Lei	8.429	02/06/1992	Institui medidas de estímulo à liquidação ou regularização de dívidas originárias de operações de crédito rural e de crédito fundiário.		
Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito.			Decreto	6.323	27/12/2007
Decreto	322	01/11/1991	Dispõe sobre a agricultura orgânica.		
Dispõe sobre a realização de despesa de pessoal.			Decreto	5.996	20/12/2006
Decreto	20	01/02/1991	Dispõe sobre a criação do Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar - PGPAF.		
Estabelece critérios e condições para transferências de recursos financeiros do Tesouro Nacional.			Lei	11.326	24/07/2006
Lei	8.112	11/12/1990	Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.		
Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União.					





**LEGISLAÇÃO DA DESPESA E DA RECEITA**

LDO - 2011, Art. 9º, inciso IV

Decreto	1.791	15/01/1996	Decreto	3.551	04/08/2000
Institui, no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia, o Comitê Nacional de Pesquisas Antárticas - CONAPA.			Cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, e Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.		
Lei	8.691	28/07/1993	Lei	8.313	23/12/1991
Dispõe sobre o Plano de Carreira para a área de Ciência e Tecnologia.			Institui o Programa Nacional de Apoio à Cultura - PRONAC.		
Lei	8.405	09/01/1992	Decreto	99.492	03/09/1990
Institui como fundação pública a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.			Constitui as Fundações Instituto Brasileiro de Arte e Cultura - IBAC, Biblioteca Nacional - BN e o Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural - IBPC.		
Lei	8.010	29/03/1990	Lei	7.505	02/07/1986
Dispõe sobre importações de bens destinados à pesquisa científica e tecnológica.			Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico.		
<b>Cultura</b>			<b>Defesa Nacional</b>		
Decreto	7.000	09/11/2009	Lei	12.257	15/06/2010
Transfere da estrutura organizacional da Casa Civil da Presidência da República para o Ministério da Cultura o Conselho Superior do Cinema.			Concede auxílio especial e bolsa especial aos dependentes dos militares das Forças Armadas falecidos no terremoto de janeiro de 2010 na República do Haiti.		
Decreto	6.835	30/04/2009	Decreto	7.168	05/05/2010
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Cultura.			Dispõe sobre o Programa Nacional de Segurança da Aviação Civil.		
Lei	11.906	20/01/2009	Decreto	7.097	04/02/2010
Cria o Instituto Brasileiro de Museus - IBRAM.			Dispõe sobre a distribuição do efetivo de Oficiais da Ativa da Aeronáutica, em tempo de paz.		
Decreto	6.630	04/11/2008	Decreto	7.070	26/01/2010
Dispõe sobre o Programa Mais Cultura.			Dispõe Comitê de Participação no Fundo de Garantia para a Construção Naval - CPFGCN.		
Lei	11.646	10/03/2008	Decreto	6.883	25/06/2009
Estende aos Municípios com menos de 100.000 habitantes, benefício fiscal às doações e patrocínios destinados à construção de salas de cinema.			Dispõe sobre o ensino na Marinha.		
Lei	11.437	28/12/2006	Decreto	6.854	25/05/2009
Altera a destinação de receitas decorrentes da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE.			Dispõe sobre o Regulamento da Reserva da Aeronáutica.		
Lei	11.329	25/07/2006	Decreto	6.834	30/04/2009
Dispõe sobre a prorrogação de incentivos fiscais para aplicação em fundos destinados ao desenvolvimento da indústria cinematográfica.			Aprova a Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, do Ministério da Defesa.		
Lei	11.233	22/12/2005	Lei	11.907	02/02/2009
Institui o Plano Especial de Cargos da Cultura e a Gratificação Específica de Atividade Cultural - GEAC.			Dispõe sobre a reestruturação dos cargos do Grupo Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo - Grupo DACTA, da Carreira de Tecnologia Militar e de várias carreiras na Administração Pública Federal.		
Decreto	5.520	24/08/2005	Decreto	6.703	18/12/2008
Institui o Sistema Federal de Cultura - SFC, e dispõe sobre a composição e o funcionamento do Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC do Ministério da Cultura.			Aprova a Estratégia Nacional de Defesa.		
Emenda Constitucional	48	10/08/2005	Decreto	6.511	17/07/2008
Institui o Plano Nacional de Cultura.			Dispõe sobre prevenção da poluição marinha causada pelo alijamento no mar de resíduos e outras matérias.		
Lei	1.075	30/10/2003	Lei	11.458	19/03/2007
Institui a Política Nacional do Livro.			Autoriza o Ministério da Defesa a efetuar contratação de pessoal, imprescindível ao controle do tráfego aéreo.		
Decreto	4.747	16/06/2003	Decreto	5.751	12/04/2006
Fixa o valor absoluto do limite global das deduções do imposto sobre a renda devido, relativas a doações e a patrocínios em favor de projetos culturais e incentivos à atividade audiovisual.			Aprova a Estrutura Regimental do Comando do Exército do Ministério da Defesa.		
Decreto	4.456	04/11/2002	Decreto	5.417	13/04/2005
Estabelece as competências do Ministério da Cultura e da Agência Nacional do Cinema - ANCINE, com relação aos projetos audiovisuais.			Aprova a Estrutura Regimental do Comando da Marinha, do Ministério da Defesa.		
Lei	10.454	13/05/2002	Decreto	5.013	11/03/2004
Dispõe sobre remissão da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica - CONDECINE.			Aprova o Regulamento da Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa - RBJID.		
Decreto	3.891	17/08/2001			
Fixa o valor absoluto do limite global das deduções do Imposto sobre a Renda devido, relativas a doações e a patrocínios em favor de projetos culturais e incentivos à atividade audiovisual.					

**LEGISLAÇÃO DA DESPESA E DA RECEITA**

LDO - 2011, Art. 9º, inciso IV

Lei	10.834	29/12/2003	Decreto	7.033	15/12/2009
Dispõe sobre instalação e fiscalização de fábricas e comércio de armas, munições, explosivos, produtos químicos agressivos e matérias correlatas.			Divulga, por meio do Portal da Transparência dados e informações relativos aos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.		
Decreto	4.801	06/08/2003	Lei	12.035	01/10/2009
Cria a Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo.			Institui o Ato Olímpico, com a finalidade de assegurar garantias à candidatura da cidade do Rio de Janeiro a sede dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.		
Decreto	4.346	26/08/2002	Decreto	6.180	03/08/2007
Aprova o Regulamento Disciplinar do Exército.			Trata dos incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo.		
Decreto	4.179	02/04/2002	Decreto	4.668	09/04/2003
Institui mecanismo de financiamento para o Programa de Ciência e Tecnologia para o Setor Aeronáutico.			Aprova a Estrutura Regimental do Ministério do Esporte.		
Lei	10.332	19/12/2001	Decreto	4.201	18/04/2002
Institui mecanismo de financiamento para o Programa de Ciência e Tecnologia para a Biotecnologia e Recursos Genéticos, para o Agronegócio e para o Setor Aeronáutico.			Dispõe sobre o Conselho Nacional do Esporte e dá outras providências.		
Decreto	3.947	01/10/2001	Lei	9.615	24/03/1998
Dispõe sobre a estrutura do Comando do Exército.			Institui normas gerais sobre desporto.		
Emenda Constitucional	23	02/09/1999	Decreto	2.370	10/11/1997
Dispõe da criação do Ministério da defesa.			Dispõe sobre a concessão de novas bolsas de estudo e de pesquisa no âmbito dos Ministérios da Educação, do Desporto e da Ciência e Tecnologia.		
Decreto	2.963	24/02/1999	<b>Direitos da Cidadania</b>		
Regulamenta o Auxílio-Transporte dos militares federais.			Decreto	7.261	12/08/2010
Decreto	2.299	13/08/1997	Aprova a Estrutura Regimental da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República.		
Regulamenta, no âmbito do Ministério da Aeronáutica, o regime de contratação dos Auxiliares Locais, no exterior.			Lei	12.288	20/07/2010
Decreto	1.339	20/12/1994	Institui o Estatuto da Igualdade Racial.		
Regulamenta o regime jurídico dos auxiliares locais no âmbito do Ministério da Marinha, estendido às Forças Armadas.			Lei	12.260	21/06/2010
Lei	8.183	11/04/1991	Reconhece a responsabilidade do Estado brasileiro pela destruição, no ano de 1964, da sede da União Nacional dos Estudantes - UNE.		
Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Conselho de Defesa Nacional.			Decreto	7.158	20/04/2010
Decreto	98.044	14/08/1989	Autoriza a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República a dar cumprimento a sentença exarada pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.		
Aprova novo Estatuto da Fundação Habitacional do Exército.			Lei	12.227	12/04/2010
<b>Desporto e Lazer</b>			Cria o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher.		
Lei	12.299	27/07/2010	Decreto		08/03/2010
Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão aos fenômenos de violência por ocasião de competições esportivas.			Institui o Grupo de Trabalho Interministerial para elaborar proposta de criação do Memorial da Mulher Brasileira.		
Medida Provisória	497	27/07/2010	Lei	12.213	20/01/2010
Institui o Regime Especial de Tributação para construção, ampliação, reforma ou modernização de estádios de futebol - RECOM.			Institui o Fundo Nacional do Idoso.		
Medida Provisória	496	19/07/2010	Decreto	6.998	05/11/2009
Dispõe sobre o limite de endividamento de Municípios em operações de crédito destinadas ao financiamento de infraestrutura para a Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.			Aprova a Estrutura Regimental da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.		
Medida Provisória	488	12/05/2010	Decreto	6.861	27/05/2009
Autoriza a criação da Empresa Brasileira de Legado Esportivo S.A. - BRASIL 2016.			Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena e define sua organização em territórios etnoeducacionais.		
Medida Provisória	489	12/05/2010	Decreto	5.167	03/08/2004
Autoriza a União a integrar, na forma de consórcio público de regime especial, a Autoridade Pública Olímpica - APO.			Institui Grupo de Trabalho Interministerial para elaboração de propostas e outros instrumentos para coibir a violência doméstica contra a mulher.		
Decreto		14/01/2010	Lei	10.639	09/01/2003
Institui o Comitê Gestor para definir, aprovar e supervisionar as ações previstas no Plano Estratégico das Ações do Governo Brasileiro para a realização da Copa do Mundo FIFA 2014.			Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira.		
Decreto	7.034	15/12/2009	Decreto	4.228	13/05/2002
Dispõe sobre a divulgação por meio do Portal da Transparência, dados e informações relativos à Copa do Mundo de Futebol de 2014.			Institui o Programa Nacional de Ações Afirmativas.		

**LEGISLAÇÃO DA DESPESA E DA RECEITA**

LDO - 2011, Art. 9º, inciso IV

Lei	9.240	22/12/1995	Emenda Constitucional	59	11/11/2009
Ratifica o Fundo de Prevenção, Recuperação e de Combate às Drogas de Abuso e o Fundo de Defesa dos Direitos Difusos.			Reduz o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino.		
Lei	8.989	24/02/1995	Decreto	6.986	20/10/2009
Dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física e			Dispõe sobre a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.		
Decreto	1.196	14/07/1994	Lei	11.947	16/06/2009
Dispõe sobre a gestão e administração do Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente - FNCA.			Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e sobre o Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica.		
Lei	7.853	24/01/1989	Decreto	6.861	27/05/2009
Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência e disciplina a atuação do Ministério Público.			Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena e define sua organização em territórios etnoeducacionais.		
<b>Educação</b>			Decreto	6.755	20/01/2009
Lei	12.306	06/08/2010	Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica e disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.		
Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos Estados e ao Distrito Federal, institui o Programa Especial de Fortalecimento do Ensino Médio.			Lei	11.892	29/12/2008
Decreto	7.243	26/07/2010	Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.		
Regulamenta o Programa Um Computador por Aluno - PROUCA e o Regime Especial de Aquisição de Computadores para uso Educacional - RECOMPE.			Decreto	6.629	04/11/2008
Decreto	7.234	19/07/2010	Regulamenta o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem.		
Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.			Lei	11.740	16/07/2008
Decreto	7.233	19/07/2010	Cria cargos efetivos, no âmbito do Ministério da Educação, destinados a instituições federais de educação profissional e tecnológica e de ensino superior.		
Dispõe sobre procedimentos orçamentários e financeiros relacionados à autonomia universitária.			Lei	11.738	16/07/2008
Medida Provisória	492	29/06/2010	Institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica.		
Institui, no âmbito do Ministério da Educação, o plano especial de recuperação da rede física escolar pública.			Decreto	6.494	30/06/2008
Decreto	7.219	24/06/2010	Dispõe sobre o Programa Nacional de Reestruturação e Aquisição de Equipamentos para a Rede Escolar Pública de Educação Infantil - Pro-Infância.		
Dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID.			Lei	11.692	10/06/2008
Lei	12.249	11/06/2010	Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem.		
Cria o Programa Um Computador por Aluno - PROUCA e institui o Regime Especial de Aquisição de Computadores para Uso Educacional - RECOMPE.			Decreto	6.319	20/12/2007
Lei	12.244	24/05/2010	Aprova a Estrutura Regimental do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.		
Dispõe sobre a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País.			Decreto	6.320	20/12/2007
Medida Provisória	484	30/03/2010	Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Educação.		
Dispõe sobre a prestação de apoio financeiro pela União aos Estados e ao Distrito Federal e institui o Programa Especial de Fortalecimento do Ensino Médio.			Decreto	6.286	05/12/2007
Decreto	7.083	27/01/2010	Institui o Programa Saúde na Escola - PSE.		
Dispõe sobre o Programa Mais Educação.			Decreto	6.253	13/11/2007
Decreto	7.084	27/01/2010	Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.		
Dispõe sobre os programas de material didático.			Decreto	6.094	24/04/2007
Decreto	7.082	27/01/2010	Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação.		
Institui o Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais - REHUF.			Decreto	6.095	24/04/2007
Lei	12.189	12/01/2010	Estabelece diretrizes para o processo de constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - IFET.		
Dispõe sobre a criação da Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA.			Decreto	6.092	24/04/2007
Decreto	7.022	02/12/2009	Regulamenta o Auxílio de Avaliação Educacional - AAE.		
Estabelece medidas organizacionais para dar suporte ao processo de implantação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.			Emenda Constitucional	53	19/12/2006
			Trata da Contribuição Salário Educação.		

## LEGISLAÇÃO DA DESPESA E DA RECEITA

LDO - 2011, Art. 9º, inciso IV

Lei	11.352	11/10/2006	Lei	9.766	19/12/1998
Dispõe sobre a criação de cargos no âmbito do Ministério da Educação.			Altera a legislação que rege o salário-educação.		
Decreto	5.840	13/07/2006	Decreto	2.406	27/11/1997
Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA.			Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica.		
Decreto	5.773	09/05/2006	Decreto	2.370	10/11/1997
Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior.			Dispõe sobre a concessão de novas bolsas de estudo e de pesquisa no âmbito dos Ministérios da Educação, do Desporto e da Ciência e Tecnologia.		
Decreto	6.003	28/02/2006	Lei	9.394	20/12/1996
Regulamenta a arrecadação, a fiscalização e a cobrança da contribuição social do salário-educação.			Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional - Lei Darcy Ribeiro.		
Lei	11.273	06/02/2006	Lei	8.948	08/12/1994
Autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica.			Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica.		
Decreto	5.622	19/12/2005	Decreto	734	28/01/1993
Dispõe sobre as diretrizes e bases da Educação Nacional.			Transfere e cria, por transformação, cargos em comissão e funções de confiança no âmbito do Ministério da Educação e do Desporto.		
Lei	11.180	23/09/2005	Lei	8.405	09/01/1992
Autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos - PROUNI e institui o Programa de Educação Tutorial - PET.			Institui como fundação pública a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES.		
Lei	11.096	13/01/2005	Decreto	70.025	24/01/1972
Institui o Progra Universidade para Todos - PROUNI e regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior.			Classifica os órgãos de deliberação coletiva existentes na área do Ministério da Educação e Ministério da Cultura.		
Lei	11.091	12/01/2005	<b>Energia</b>		
Dispõe sobre a estruturação do plano de carreira dos cargos técnico-administrativos em educação.			Lei	12.304	02/08/2010
Lei	10.880	09/06/2004	Cria a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. - Pré-Sal Petróleo.		
Trata da instituição de programas de transporte escolar, do apoio a sistemas de ensino para educação de jovens e adultos e do repasse de recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado.			Lei	12.276	30/06/2010
Lei	10.870	19/05/2004	Autoriza a União a ceder onerosamente à Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS o exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros Hidrocarbonetos.		
Institui a Taxa de Avaliação in loco das instituições de educação superior e dos cursos de graduação.			Decreto	7.204	08/06/2010
Lei	10.861	14/04/2004	Dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética.		
Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES.			Decreto	7.183	24/05/2010
Decreto	4.875	11/11/2003	Dispõe acordo entre o Brasil e a Alemanha sobre o Programa de Construção de Pequenas Centrais Hidrelétricas - Eletrobrás.		
Institui o "Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior" no âmbito do Ministério da Educação.			Decreto	7.154	09/04/2010
Lei	10.639	09/01/2003	Autoriza a instalação de sistemas de transmissão e distribuição de energia elétrica em unidades de conservação de uso sustentável.		
Inclui no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira.			Lei	12.212	20/01/2010
Decreto	4.313	24/07/2002	Dispõe sobre a Tarifa Social de Energia Elétrica.		
Regulamenta o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à educação - "Bolsa Escola".			Lei	12.014	09/12/2009
Decreto	4.281	25/06/2002	Cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima - FNMC, dispõe sobre a Política Energética Nacional e institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo.		
Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental.			Lei	12.111	09/12/2009
Lei	10.219	11/04/2001	Dispõe sobre os serviços de energia elétrica nos Sistemas Isolados.		
Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação - "Bolsa Escola".			Decreto	6.902	20/07/2009
Lei	10.172	09/01/2001	Institui o Conselho Diretor do Fundo de Garantia a Empreendimentos de Energia Elétrica - CDFGEE.		
Aprova o Plano Nacional de Educação.			Lei	11.943	28/05/2009
Decreto	3.276	06/12/1999	Autoriza a União a participar de Fundo de Garantia a Empreendimentos de Energia Elétrica - FGEE.		
Dispõe sobre a formação em nível superior de professores para atuar na educação básica.			Decreto	6.781	18/02/2009
Lei	9.795	27/04/1999	Determina à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL a promoção e o acompanhamento do processo de licitação de concessões.		
Dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental.					

**LEGISLAÇÃO DA DESPESA E DA RECEITA**

LDO - 2011, Art. 9º, inciso IV

Decreto	5.667	10/01/2006	Lei	7.990	28/12/1989
Aprova a Estrutura Regimental da Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN.			Institui, para os Estados, Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural para fins de geração de energia elétrica.		
Decreto	5.267	09/11/2004	Decreto-Lei	2.432	17/05/1988
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério de Minas e Energia.			Institui a Reserva Nacional de Compensação de Remuneração das concessionárias de serviços públicos de energia elétrica - RENCOR.		
Decreto	5.177	12/08/2004	<b>Essencial à Justiça</b>		
Dispõe sobre a organização, as atribuições e o funcionamento da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.			Lei	11.967	06/07/2009
Decreto	5.163	30/07/2004	Dispõe sobre a estrutura organizacional e funcional do Conselho Nacional do Ministério Público.		
Regulamenta a comercialização de energia elétrica e o processo de outorga de concessões e de autorizações de geração de energia elétrica.			Lei	10.907	15/07/2004
Decreto	5.070	06/05/2004	Institui a Gratificação Específica de Apoio Técnico-Administrativo da Advocacia-Geral da União - GEATA.		
Determina à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL a promoção e o acompanhamento dos processos de licitação.			Lei	10.771	21/11/2003
Lei	10.848	15/03/2004	Dispõe sobre a criação de cargos efetivos de Membros do Ministério Público da União.		
Dispõe sobre a comercialização de energia elétrica.			Lei	10.480	02/07/2002
Decreto	4.932	23/12/2003	Dispõe sobre o Quadro de Pessoal da Advocacia-Geral da União e cria a Procuradoria-Geral Federal.		
Dispõe sobre a delegação de competências à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.			Decreto	3.917	13/09/2001
Lei	10.762	11/11/2003	Dispõe sobre limites para despesa com pessoal para o Ministério Público e o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e ex-Territórios.		
Dispõe sobre a criação do Programa Emergencial e Excepcional de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica.			Lei	9.028	12/04/1995
Lei	10.438	26/04/2002	Dispõe sobre o exercício das atribuições institucionais da Advocacia-Geral da União em caráter emergencial e provisório.		
Dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial.			Lei Complementar	75	20/05/1993
Decreto	4.131	14/02/2002	Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União.		
Dispõe sobre medidas emergenciais de redução do consumo de energia elétrica no âmbito da Administração Pública Federal.			Decreto-Lei	2.268	13/03/1985
Lei	10.310	22/11/2001	Dispõe sobre a remuneração dos membros do Ministério Público Federal.		
Dispõe sobre a complementação pela União dos recursos necessários ao pagamento de bônus aos consumidores residenciais de energia elétrica.			Lei	4.439	27/10/1964
Lei	10.295	17/10/2001	Fixa os vencimentos de Magistrados e de membros do Ministério Público e do Serviço Jurídico da União.		
Dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia.			<b>Gestão Ambiental</b>		
Medida Provisória	2.209	29/08/2001	Decreto	7.167	05/05/2010
Autoriza a União a criar a Comercialização Brasileira de Energia Emergencial - CBEE.			Regulamenta o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF.		
Medida Provisória	2.198	24/08/2001	Lei	12.187	29/12/2009
Cria e instala a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica.			Institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima - PNMC.		
Decreto	3.874	19/07/2001	Decreto	7.029	10/12/2009
Destina ao setor de ciência e tecnologia recursos da compensação financeira pela utilização de recursos hídricos para fins de geração de energia.			Institui o Programa Federal de Apoio à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais, denominado "Programa Mais Ambiente".		
Decreto	3.739	31/01/2001	Lei	12.114	09/12/2009
Dispõe sobre o cálculo da tarifa atualizada de referência para compensação financeira pela utilização de recursos hídricos.			Cria o Fundo Nacional sobre Mudança do Clima-FNMC.		
Lei	9.991	24/07/2000	Decreto Legislativo	899	01/12/2009
Dispõe sobre realização de investimentos em pesquisa e desenvolvimento e em eficiência energética.			Aprova a Proposta de Participação do Brasil na Quarta Recomposição dos Recursos do Fundo para o Meio Ambiente Global - Global Environment Facility - GEF.		
Decreto-Lei	2.335	06/10/1997	Decreto	7.008	12/11/2009
Constitui a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e aprova sua Estrutura Regimental.			Institui a Operação Arco Verde, no âmbito do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal.		
Lei	9.427	26/12/1996	Decreto	6.985	20/10/2009
Disciplina o regime das concessões de serviços públicos de Energia Elétrica.			Dispõe sobre o Fundo Nacional do Meio Ambiente.		
Lei	8.631	04/03/1993			
Dispõe sobre a fixação dos níveis das tarifas para o serviço público de energia elétrica e extingue o regime de remuneração garantida.					

**LEGISLAÇÃO DA DESPESA E DA RECEITA**

LDO - 2011, Art. 9º, inciso IV

Decreto	6.981	13/10/2009	Decreto	99.274	06/06/1990
Dispõe sobre a atuação conjunta dos ministérios da Pesca e Aquicultura e do Meio Ambiente nos aspectos relacionados ao uso sustentável dos recursos pesqueiros.			Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente.		
Decreto	6.874	05/06/2009	Lei	7.797	10/07/1989
Institui, no âmbito dos Ministérios do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Agrário, o Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar - PMCF.			Cria o Fundo Nacional de Meio Ambiente.		
Decreto	6.792	10/03/2009	Lei	7.735	22/02/1989
Dispõe sobre a composição e funcionamento do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA.			Cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.		
Decreto	6.565	15/09/2008	Lei	6.938	31/08/1981
Dispõe sobre as doações recebidas por instituições financeiras controladas pela União e destinadas a ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento.			Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.		
Decreto	6.514	22/07/2008	Lei	6.803	02/06/1980
Dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente.			Dispõe sobre as diretrizes básicas para o zoneamento industrial nas áreas críticas de poluição.		
Decreto	6.515	22/07/2008	Habitação		
Institui no âmbito dos Ministérios do Meio Ambiente e da Justiça, os Programas de Segurança Ambiental.			Lei	12.112	09/12/2009
Decreto	6.469	30/05/2008	Dispõe sobre as regras e procedimentos sobre locação de imóvel urbano.		
Autoriza a redução da área de reserva legal para até 50% no Estado do Acre.			Lei	12.024	27/08/2009
Decreto	6.099	26/04/2007	Dispõe sobre os contratos de construção de moradias firmados dentro do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV.		
Aprova a Estrutura Regimental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA.			Decreto	6.820	13/04/2009
Decreto	6.101	26/04/2007	Dispõe sobre a composição e as competências do Comitê de Participação no Fundo Garantidor da Habitação Popular - CPFHAB.		
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério do Meio Ambiente.			Lei	11.888	24/12/2008
Decreto	5.995	19/12/2006	Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social.		
Institui o Sistema de Gestão do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - SGI B.			Lei	11.578	26/11/2007
Lei	11.284	02/03/2006	Dispõe sobre a forma de operacionalização do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH.		
Institui na estrutura do Ministério do Meio Ambiente - MMA o Serviço Florestal Brasileiro - SFB e cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal - FNDF.			Lei	11.124	16/06/2005
Decreto	4.326	08/08/2002	Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social - FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS.		
Institui no âmbito do Ministério do Meio Ambiente, o Programa Áreas Protegidas da Amazônia - ARPA.			Decreto	5.345	18/01/2005
Decreto	4.293	02/07/2002	Dispõe sobre contratos do Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social - PSH.		
Disciplina a Carreira de Especialista em Meio Ambiente.			Lei	10.998	15/12/2004
Lei	10.410	11/01/2002	Altera o Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social.		
Cria e disciplina a carreira de Especialista em Meio Ambiente.			Lei	10.840	11/02/2004
Lei	10.165	27/12/2000	Cria o Programa Especial de Habitação Popular - PEHP.		
Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação.			Lei	8.709	23/09/1993
Decreto	3.524	26/06/2000	Dispõe sobre operações de crédito externo contratadas pelo extinto Banco Nacional da Habitação.		
Dispõe sobre o Fundo Nacional do Meio Ambiente.			Decreto	640	26/08/1992
Lei	9.795	27/04/1999	Autoriza a Caixa Econômica Federal a utilizar o Fundo de Desenvolvimento Social - FDS, para saldar compromissos com contratos de financiamento de habitação popular.		
Dispõe sobre a educação ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental.			Decreto	97.548	01/03/1989
Lei	9.433	08/01/1997	Dispõe sobre a atualização monetária dos saldos devedores de contratos no âmbito dos Sistemas Financeiros da Habitação e do Saneamento - SFH e SFS.		
Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.			Decreto-Lei	2.291	21/11/1986
Lei	8.746	09/12/1993	Extingue o Banco Nacional da Habitação - BNH.		
Cria mediante transformação, o Ministério do Meio Ambiente e da Amazônia Legal.			Lei	6.748	10/12/1979
Decreto Legislativo	2	17/03/1992	Reduz a exigência de documentação aos pretendentes a aquisição das unidades habitacionais pelo Sistema Financeiro de Habitação.		
Aprova o texto da Convenção sobre Diversidade Biológica, realizada no Rio de Janeiro em junho de 1992.					

**LEGISLAÇÃO DA DESPESA E DA RECEITA**

LDO - 2011, Art. 9º, inciso IV

				Lei	11.720	20/06/2008	Trata sobre o bloqueio do pagamento de benefício da previdência social.
Indústria				Lei	11.543	13/11/2007	Cria cargos na área da Previdência, Saúde e Trabalho e extingue cargos no Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC.
Decreto	7.096	04/02/2010		Decreto	6.019	22/01/2007	Institui o Fórum Nacional da Previdência Social.
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.				Lei	11.302	10/05/2006	Dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
Decreto	6.234	11/10/2007		Emenda Constitucional	47	05/07/2005	Dispõe sobre a reforma da Previdência Social.
Estabelece critérios para a fruição dos incentivos decorrentes do Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Equipamentos para a TV Digital - PATVD.				Lei	10.887	18/06/2004	Dispõe sobre regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, Estados e Municípios.
Decreto	6.233	11/10/2007		Lei	10.855	01/04/2004	Dispõe sobre a reestruturação da Carreira Previdenciária.
Estabelece critérios para efeito de habilitação ao Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico da Indústria de Semicondutores - PADIS.				Lei	10.483	03/07/2002	Dispõe sobre a estruturação da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho.
Lei	11.484	31/05/2007		Lei	10.355	26/12/2001	Dispõe sobre a estruturação da Carreira Previdenciária no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
Dispõe sobre os incentivos às indústrias de equipamentos para TV Digital.				Decreto	3.788	11/04/2001	Institui o Certificado de Regularidade Previdenciária - CRP.
Lei	11.437	28/12/2006		Decreto	894	16/08/1993	Dispõe sobre a dedução de recursos do Fundo de Participação dos Municípios - FPM para amortização de dívidas junto à Previdência Social.
Altera a destinação de receitas decorrentes da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE.				Lei	8.689	27/07/1993	Trata da extinção do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS.
Lei	11.329	25/07/2006		Lei	8.647	13/04/1993	Dispõe sobre a vinculação do servidor público civil, ocupante de cargo em comissão, ao regime de Previdência Social.
Dispõe sobre a prorrogação de incentivos fiscais para aplicação em fundos destinados ao desenvolvimento da indústria cinematográfica.				Lei	6.887	10/12/1980	Altera a legislação da Previdência Social Urbana.
Lei	10.454	13/05/2002		Lei	6.439	01/09/1977	Institui o Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social.
Dispõe sobre remissão da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica - CONDECINE.				Lei	6.125	04/11/1974	Autoriza o Poder Executivo a constituir a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social - DATAPREV.
Decreto	949	05/10/1993		Lei	5.890	11/06/1973	Altera a Legislação da Previdência Social.
Dispõe sobre os incentivos fiscais para a capacitação tecnológica da indústria e da agropecuária.							
Organização Agrária				Relações Exteriores			
Decreto	7.215	15/06/2010		Decreto		30/06/2010	Institui o Comitê Interministerial responsável pela organização da 34ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER.				Lei	12.271	24/06/2010	Autoriza o Poder Executivo a doar 3 aeronaves T-27 TUCANO à República do Paraguai.
Lei	12.188	11/01/2010					
Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PNATER, e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - PRONATER.							
Decreto	7.029	10/12/2009					
Institui o Programa Federal de Apoio à Regularização Ambiental de Imóveis Rurais, denominado "Programa Mais Ambiente".							
Decreto	6.992	28/10/2009					
Dispõe sobre a regularização fundiária das áreas rurais situadas em terras da União.							
Previdência Social							
Decreto	7.223	29/06/2010					
Altera dispositivos do Regulamento da Previdência Social.							
Lei	12.254	15/06/2010					
Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela Previdência Social.							
Decreto		24/05/2010					
Convoca a I Conferência Mundial sobre Desenvolvimento de Sistemas Universais de Seguridade Social.							
Decreto	7.078	26/01/2010					
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Previdência Social.							
Decreto	6.765	10/02/2009					
Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela Previdência Social.							

**LEGISLAÇÃO DA DESPESA E DA RECEITA**

LDO - 2011, Art. 9º, inciso IV

Decreto Legislativo	75	25/01/2010	Lei	12.190	13/01/2010
Autoriza o aumento do efetivo do contingente brasileiro para a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti - MINUSTAH.			Concede indenização por dano moral às pessoas com deficiência física decorrente do uso da talidomida.		
Decreto	7.064	14/01/2010	Decreto	7.003	09/11/2009
Dispõe sobre a execução do Protocolo sobre o Comércio de Serviços entre o MERCOSUL e o Chile.			Regulamenta a concessão de licença para tratamento de saúde do servidor da Administração Federal.		
Decreto	7.030	14/12/2009	Decreto	6.833	29/04/2009
Promulga a Convenção de Viena sobre o Direito dos Tratados.			Institui o Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor Público Federal - SIASS e o Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor.		
Lei	12.117	14/12/2009	Lei	11.903	14/01/2009
Trata da autorização à União para doar recursos à República de Moçambique para a primeira fase de instalação de fábrica de antirretrovirais e outros medicamentos.			Dispõe sobre o rastreamento da produção e do consumo de medicamentos por meio de tecnologia de captura, armazenamento e transmissão eletrônica de dados.		
Decreto	5.151	22/07/2004	Decreto	6.286	05/12/2007
Dispõe sobre procedimentos para fins de celebração de atos de cooperação técnica a serem observados por órgãos públicos e entidades da Administração Pública Federal.			Institui o Programa Saúde na Escola - PSE.		
Decreto	4.801	06/08/2003	Lei	11.387	14/12/2006
Cria a Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo.			Autoriza a União a efetuar contribuição à Organização Mundial da Saúde - OMS, destinada a Compra de Medicamentos contra a AIDS, malária e tuberculose.		
Decreto	1.983	14/08/1996	Lei	11.355	19/10/2006
Institui o Programa de Modernização, Agilização, Aprimoramento e Segurança da Fiscalização do Tráfego Internacional e do Passaporte Brasileiro - PROMASP.			Dispõe sobre plano de carreiras em diversas áreas da Administração Pública, Previdência, Saúde, Trabalho, Ciência e Tecnologia.		
Lei	8.829	22/12/1993	Lei	10.850	25/03/2004
Cria no Serviço Exterior as Carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria.			Atribui competências à Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.		
<b>Saneamento</b>			Decreto	4.978	03/02/2004
			Dispõe sobre a assistência à saúde do servidor.		
Decreto	7.217	21/06/2010	Decreto	4.727	09/06/2003
Dispõe sobre diretrizes nacionais para o saneamento básico e dá outras providências.			Aprova a Estrutura Regimental da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA.		
Decreto	6.942	18/08/2009	Lei	10.216	06/04/2001
Institui o Biênio Brasileiro do Saneamento - 2009-2010.			Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais.		
Lei	11.445	05/01/2007	Lei	10.191	14/02/2001
Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico.			Dispõe sobre a aquisição de produtos para a implementação de ações de saúde no âmbito do Ministério da Saúde.		
Decreto	1.675	13/10/1995	Emenda Constitucional	29	13/09/2000
Dispõe sobre o Programa de Ação Social em Saneamento - PROSEGE.			Assegura os recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde.		
<b>Saúde</b>			Decreto	3.327	05/01/2000
			Aprova o Regulamento da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.		
Decreto	7.235	19/07/2010	Lei	9.434	04/02/1997
Regulamenta a concessão de indenização por dano moral às pessoas com deficiência física decorrente do uso da talidomida.			Dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento.		
Lei	12.269	21/06/2010	Lei	8.853	04/02/1994
Dispõe sobre o Plano de Carreiras e Cargos de Ciência, Tecnologia, Produção e Inovação em Saúde Pública e sobre redistribuição de servidores para a SUFRAMA e para a EMBRATUR.			Atribui competência ao Ministro de Estado da Saúde para praticar atos ad referendum da Junta Deliberativa do Fundo Nacional de Saúde.		
Decreto	7.186	27/05/2010	Lei	8.142	28/12/1990
Dispõe sobre o Adicional por Plantão Hospitalar - APH.			Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde - SUS.		
Decreto	7.135	29/03/2010	Lei	8.080	19/09/1990
Aprova a Estrutura Regimental do Ministério da Saúde e trata do Estatuto da Fundação Nacional de Saúde.			Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde e para a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes.		
Decreto	7.121	03/03/2010	Lei	5.026	14/06/1966
Inclui o Ministério da Justiça na composição do Comitê Gestor de Atenção à Saúde do Servidor.			Estabelece normas gerais para a instituição e execução de campanhas de saúde pública exercidas ou promovidas pelo Ministério da Saúde.		
Emenda Constitucional	63	04/02/2010			
Dispõe sobre diretrizes para os Planos das Carreiras dos agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias.					



## LEGISLAÇÃO DA DESPESA E DA RECEITA

LDO - 2011, Art. 9º, inciso IV

<b>Segurança Pública</b>			Decreto	4.796	29/07/2003
Medida Provisória	494	02/07/2010	Institui o Fórum Nacional do Trabalho.		
Dispõe sobre o Sistema Nacional de Defesa Civil - SINDEC.					
Lei	12.245	24/05/2010	Decreto	4.552	27/12/2002
Altera dispositivos da Lei de Execução Penal para autorizar a instalação de salas de aulas nos presídios.			Aprova o Regulamento da Inspeção do Trabalho.		
Decreto	7.179	20/05/2010	Lei	10.483	03/07/2002
Institui o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e outras Drogas.			Dispõe sobre a estruturação da Carreira da Seguridade Social e do Trabalho.		
Lei	12.106	07/12/2009	Decreto	3.745	05/02/2001
Cria, no âmbito do Conselho Nacional de Justiça, o Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas.			Institui o Programa de Interiorização do Trabalho em Saúde.		
Decreto	6.950	26/08/2009	Lei	10.101	19/12/2000
Dispõe sobre a composição, estrutura, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Segurança Pública - CONASP.			Dispõe sobre a participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa.		
Decreto	6.490	19/06/2008	Lei	9.719	27/11/1998
Dispõe sobre o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI.			Dispõe sobre normas e condições gerais de proteção ao trabalho portuário e institui multas pela inobservância de seus preceitos.		
Lei	11.530	24/10/2007	Lei	9.601	21/01/1998
Institui o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania - PRONASCI.			Dispõe sobre contrato de trabalho por prazo determinado.		
Lei	11.473	10/05/2007	Lei	9.322	05/12/1996
Dispõe sobre cooperação federativa no âmbito da segurança pública.			Dispõe sobre a alocação, em depósitos especiais remunerados, de recursos das disponibilidades financeiras do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT.		
Lei	11.343	23/08/2006	Decreto	1.590	10/08/1995
Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad.			Dispõe sobre a jornada de trabalho dos servidores da Administração Pública Federal.		
Decreto	5.289	29/11/2004	Lei	8.036	11/05/1990
Disciplina a organização para desenvolvimento do programa de cooperação federativa denominado Força Nacional de Segurança Pública.			Dispõe sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.		
Decreto	4.553	27/12/2002	Decreto	97.936	10/07/1989
Dispõe sobre a salvaguarda de dados, informações, documentos e materiais sigilosos no âmbito da Administração Pública Federal.			Institui o Cadastro Nacional do Trabalhador.		
Lei	10.201	14/02/2001	<b>Transporte</b>		
Institui o Fundo Nacional de Segurança Pública - FNSP.			Decreto	7.262	12/08/2010
Decreto	3.505	13/06/2000	Aprova a Estrutura Regimental da Secretaria de Portos da Presidência da República.		
Institui a Política de Segurança da Informação nos órgãos e entidades da Administração Pública Federal.			Lei	12.247	27/05/2010
Decreto	1.093	23/03/1994	Dispõe sobre o Plano Nacional de Viação e sobre a Relação Descritiva do Sistema Hidroviário Nacional.		
Dispõe sobre o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN.			Decreto	7.132	19/03/2010
Lei Complementar	79	07/01/1994	Dispõe sobre a concessão de indenização de transporte aos servidores públicos da Administração Pública Federal.		
Cria o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN.			Decreto	6.550	27/08/2008
<b>Trabalho</b>					
Lei	12.255	15/06/2010	Dispõe sobre a estrutura e o funcionamento do Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte - CONIT.		
Estabelece diretrizes para a política de valorização do salário mínimo entre 2012 e 2023.			Decreto	6.256	13/11/2007
Lei Complementar	123	14/12/2006	Dispõe sobre a inclusão, no Programa Nacional de Desestatização - PND, do Trem de Alta Velocidade - TAV.		
Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte.			Lei	10.880	09/06/2004
Lei	11.355	19/10/2006	Trata da instituição de programas de transporte escolar, do apoio a sistemas de ensino para educação de jovens e adultos e do repasse de recursos financeiros do Programa Brasil Alfabetizado.		
Dispõe sobre plano de carreiras em diversas áreas da Administração Pública, Previdência, Saúde, Trabalho, Ciência e Tecnologia.			Lei	10.744	09/10/2003
Decreto		31/07/2003	Dispõe sobre a assunção, pela União, de responsabilidades civis perante terceiros no caso de atentados terroristas.		
Cria a Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo - CONATRAE.			Decreto	4.721	05/06/2003
			Aprova a Estrutura Regimental do Ministério dos Transportes.		

**LEGISLAÇÃO DA DESPESA E DA RECEITA**

LDO - 2011, Art. 9º, inciso IV

Lei	10.560	13/11/2002	Dispõe sobre o tratamento tributário dispensado às empresas de transporte aéreo.
Lei	10.233	05/06/2001	Dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria a ANTT, a ANTAQ, e o DNIT.
Lei Complementar	87	13/09/1996	Trata dos impostos dos Estados e Distrito Federal no tocante à operações relativas a circulação de mercadorias e prestações de serviços de transporte.
Decreto	1.832	04/03/1996	Aprova o Regulamento dos Transportes Ferroviários.
Lei	8.989	24/02/1995	Dispõe sobre isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) na aquisição de automóveis para utilização no transporte autônomo de passageiros, bem como por pessoas portadoras de deficiência física e
Decreto	1.333	08/12/1994	Dispõe sobre a descentralização da administração de portos, hidrovias e eclusas.
Decreto	1.007	13/12/1993	Dispõe sobre as contribuições compulsórias devidas ao Serviço Social do Transporte - SEST e ao Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT.
Lei	8.706	14/09/1993	Dispõe sobre a criação do Serviço Social do Transporte - SEST e do Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte - SENAT.
<b>Urbanismo</b>			
Lei	12.112	09/12/2009	Dispõe sobre as regras e procedimentos sobre locação de imóvel urbano.
Lei	11.977	07/07/2009	Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas.
Lei	11.952	25/06/2009	Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União.
Decreto Legislativo	8	23/09/2003	Autoriza a execução de contratos para os serviços e obras de recuperação do Sistema de Trens Urbanos de Salvador.
Decreto	4.665	03/04/2003	Aprova a Estrutura Regimental do Ministério das Cidades.
Lei	10.257	10/07/2001	Estabelece diretrizes gerais da política urbana.
Lei	8.677	13/07/1993	Dispõe sobre o Fundo de Desenvolvimento Social.
Decreto Legislativo	44	14/06/1989	Transfere a gestão do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, do Banco Central do Brasil para o Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente.